SUMÁRIO

PREFÁCIO 9

Capítulo I – **INTRODUÇÃO** 15

Capítulo II – **OS FUNDAMENTOS DA RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL DO ESTADO**

II – 1 As bases ordinariamente utilizadas para o estudo do tema 19

II – 2 Conceito de "responsabilidade" 21

II – 3 Fundamento conceitual da responsabilidade patrimonial do Estado 29

II – 3.1 Harmonia e desarmonia jurídica: formas de ocorrência e formas de recomposição 29

II – 3.2 A responsabilidade patrimonial do Estado como forma de recomposição da harmonia de um ordenamento jurídico violado 34

II – 4 Fundamento jurídico da responsabilidade patrimonial do Estado 50

II – 4.1 Coletânea das posições doutrinárias sobre os fundamentos jurídicos da responsabilidade patrimonial do Estado 51

II – 4.2 Fundamentos da responsabilidade patrimonial do Estado à luz da doutrina nacional 51

II – 4.2.1 Apreciação crítica do pensamento nacional sobre os fundamentos da responsabilidade patrimonial do Estado 56

II – 4.3 Nossa posição sobre o fundamento jurídico da responsabilidade do Estado 61

Capítulo III – **FUNÇÕES ESTATAIS E O ATO LEGISLATIVO**

III – 1 Poder e função estatal: necessária vinculação 65

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

III – 2 Critérios de definição do "ato legislativo" 67
III – 3 Nosso conceito de "ato legislativo" e "processo legislativo" 72
III – 3.1 Processo legislativo e ato legislativo 75

Capítulo IV – **RESPONSABILIDADE DO ESTADO POR ATOS LEGISLATIVOS**

IV – 1 Responsabilidade patrimonial do Estado, sacrifício de direito e limitações administrativas à liberdade e à propriedade 78
IV – 1.1 Conceito de "princípio", supremacia do interesse público sobre o interesse privado e cedência recíproca dos princípios . 84
IV – 2 O "dano lícito" e a sua recomposição patrimonial 94
IV – 2.1 Elementos deflagradores do dever do Estado de indenizar por dano lícito 95
IV – 2.2 Causas excludentes do dano lícito 106
IV – 2.3 Regime de indenização dos "danos lícitos" (e, portanto, oriundos de sacrifício de direito) 108
IV – 3 Fundamento jurídico autorizador da responsabilidade patrimonial do Estado por atos legislativos 119
IV – 3.1 A construção da teoria da responsabilidade do Estado por danos lícitos oriundos de atos legislativos
IV – 3.1.1 A omissão legislativa lícita causa dano lícito indenizável? ... 120
IV – 3.1.2 A comissão legislativa lícita "pode causar" dano lícito "indenizável"? 123
IV – 3.1.2.1 O óbice decorrente do exercício da soberania 123
IV – 3.1.2.2 A segurança jurídica como óbice ao desenvolvimento desta Nação e os atos de império 129
IV – 3.1.2.3 O Parlamento não age com culpa e, por isso, não há responsabilidade do Estado 132
IV – 3.1.2.4 Óbice da generalidade e abstração das leis 133
IV – 3.1.3 A necessidade de prévia indenização por "danos lícitos" 137
IV – 3.1.3.1 Direito à prévia indenização em face de sacrifício de direito (i) antecipadamente conhecido e determinável, (ii) economicamente mensurável, (iii) especial e (iv) anormal 139
IV – 3.1.3.2 As formas de sacrifício de direito estão englobadas no conceito de "direito de propriedade" e o direito de propriedade pode ser objeto de desapropriação 151
IV – 3.1.3.3 Aplicam-se as garantias do regime de desapropriação às hipóteses de sacrifício de direito 156
IV – 3.2 A construção da teoria da responsabilidade do Estado por danos ilícitos oriundos de atos legislativos
IV – 3.2.1 A omissão legislativa ilícita causa dano ilícito indenizável?... 162

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

IV – 3.2.2 A comissão legislativa ilícita causa dano ilícito indenizável? .. 170

Capítulo V – **RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL DO ESTADO E A IMUNIDADE PARLAMENTAR**

V – 1 Colocação do problema 173
V – 2 Antecedentes históricos 175
V – 3 Os limites da imunidade parlamentar 175
V – 4 A "venda" de voto e o nascimento da responsabilidade pessoal do parlamentar por dano causado pelo Estado 180
V – 4.1 Responsabilidade parlamentar por danos causados em razão de omissão legislativa ilícita 181
V – 4.2 Responsabilidade parlamentar por danos causados em razão de comissão legislativa ilícita 184

CONCLUSÕES 185

BIBLIOGRAFIA 189

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO 198

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br